



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

**Dificuldades de aprendizagem em leitura e
escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental**



**SANTOS
2009**



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas UNIMES, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a Giselle Larezzatti Agazzi.

**SANTOS
2009**

AVALIAÇÃO

Nomes dos curistas: Carla Cristina Pereira dos Santos
Maria das Graças Silva
Maria Lucia Marchado das Virgens
Nice Arrais Fernandes
Valderice Fátima Monteiro da Silva
Vera Lucia de Oliveira

Título do trabalho: Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Licenciatura em Pedagogia

Faculdade de Educação e Ciências Humanas (UNIMES).

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Professor convidado

Professor suplente

Santos, de de 2009



AGRADECIMENTOS

*“A nossa família que é a base de toda
nossa experiência.”*



“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”
(Paulo Freire)



RESUMO

O estudo sobre dificuldades em leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental abordará as diferenças entre dificuldades de aprendizagem, transtorno de aprendizagem dentro do ambiente escolar. Além disso, serão apontadas a questão do letramento e as causas do fracasso escolar de acordo com a conduta do aluno e do professor. O trabalho também conta com experiências de integrantes do grupo na produção textual com crianças com dificuldades de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento; transtorno de aprendizagem; dificuldade de aprendizagem; fracasso escolar.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	06
-----------------	----

CAPÍTULO I

1. Transtorno de aprendizagem ao longo da história.....	14
1.1 Diferença entre transtorno e dificuldade de aprendizagem.....	16
1.2 Tipos de processos de aprendizagem.....	19

CAPÍTULO II

1. Letramento.....	22
1.1 Definição.....	22
1.2 Dificuldades de aprendizagem e o letramento.....	28

Considerações Finais.....	30
---------------------------	----

Referências Bibliográficas.....	33
---------------------------------	----

Apêndices.....	35
----------------	----

Anexos.....	37
-------------	----

INTRODUÇÃO

A aprendizagem escolar é considerada um processo natural da criança, porém muitos alunos sentem grandes dificuldades nas séries iniciais do Ensino Fundamental com relação à leitura e à escrita.

O estudo do processo de aprendizagem e suas dificuldades devem ser analisados primeiramente com relação à realidade externa e interna do aluno, utilizando vários campos de conhecimento e de uma forma global compreender a condição do sujeito que tem dificuldades em leitura e escrita.

A aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos do ser humano que desde muito cedo aprende a mamar, falar, andar, pensar, garantindo, assim, a sua sobrevivência. Com aproximadamente três anos, as crianças são capazes de construir as primeiras hipóteses e já começam a questionar sobre a existência. A aprendizagem escolar também é considerada um processo natural, que resulta de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, as emoções, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão envolvidos e onde a criança deva sentir o prazer em aprender. O estudo do processo de aprendizagem humana e suas dificuldades são desenvolvidos pela Psicopedagogia, levando-se em consideração as realidades interna e externa, utilizando-se de vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os.

Segundo Maria Lúcia Weiss,

a aprendizagem normal dá-se de forma integrada no aluno (aprendente), no seu pensar, sentir, falar e agir. Quando começam a aparecer “dissociações de campo” e sabe-se que o sujeito não tem danos orgânicos, pode-se pensar que estão se instalando dificuldades na aprendizagem: algo vai mal no pensar, na sua expressão, no agir sobre o mundo.

Atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar por portarem deficiências físicas ou cognitivas; porém, um grande número de alunos (crianças e adolescentes), que ao longo do tempo apresentaram dificuldades de aprendizagem e que estavam fadados ao fracasso escolar, puderam frequentar as escolas e eram rotulados, em geral, como alunos difíceis.

Os alunos difíceis que apresentavam dificuldades de aprendizagem, mas que não tinham origens em quadros neurológicos, numa linguagem psicanalítica não estruturam uma psicose ou neurose grave que os considerem portadores de deficiência mental, oscilavam na conduta e no humor e até com dificuldades nos processos simbólicos, o que dificultava a organização do pensamento e, conseqüentemente, interferia na alfabetização e no aprendizado dos processos lógico-matemáticos. Estes alunos demonstram potencial cognitivo podendo ser resgatados na sua aprendizagem.

Raramente as dificuldades de aprendizagem têm origens apenas cognitivas, atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, considerando que haja algum comprometimento no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, lingüístico ou emocional (conversa muito, é lento, não faz a lição de casa, não tem assimilação, entre outros), desestruturação familiar, sem considerar as condições de aprendizagem que a escola oferece a este aluno e os outros fatores intraescolares que favorecem a não aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem na escola podem ser consideradas uma das causas que podem conduzir o aluno ao fracasso escolar.

Não podemos desconsiderar que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola por não saber lidar com a diversidade dos seus alunos. É preciso que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, pois há muitas maneiras de aprender. O professor deve ter consciência

da importância de criar vínculos com os seus alunos através das atividades cotidianas, construindo e reconstruindo sempre novos vínculos, mais fortes e positivos. O aluno, ao perceber que apresenta dificuldades em sua aprendizagem, muitas vezes começa a apresentar desinteresse, desatenção, irresponsabilidade, agressividade etc. A dificuldade acarreta sofrimentos e nenhum aluno apresenta baixo rendimento por vontade própria.

Durante muitos anos os alunos foram penalizados, responsabilizados pelo fracasso, sofriam punições e críticas, mas, com o avanço da ciência, hoje não podemos nos limitar a acreditar que a dificuldade de aprendizagem seja uma questão de vontade do aluno ou do professor, é uma questão muito mais complexa, onde vários fatores podem interferir na vida escolar, tais como os problemas de relacionamento professor-aluno, as questões de metodologia de ensino e os conteúdos escolares.

A relação professor-aluno torna o aluno capaz ou incapaz. Se o professor tratá-lo como incapaz, não será bem sucedido, não permitirá a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Se o professor mostrar-se despreparado para lidar com o problema apresentado, mais chance terá de transferir suas dificuldades para o aluno. Os primeiros “ensinantes” são os pais, com eles aprendem-se as primeiras interações e ao longo do desenvolvimento aperfeiçoam-se. Estas relações, já constituídas na criança ao chegar à escola, influenciarão consideravelmente no poder de produção deste sujeito. É preciso uma dinâmica familiar saudável, uma relação positiva de cooperação, de alegria e motivação. Torna-se necessário orientar aluno, família e professor, para que, juntos, possam buscar orientações para lidar com alunos/filhos que apresentam dificuldades e/ou que fogem ao padrão, buscando a intervenção de um profissional especializado.

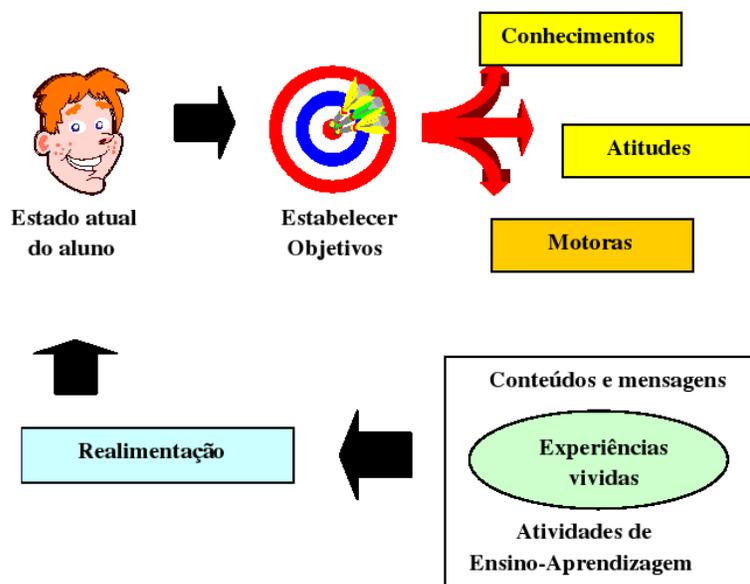


Cada pessoa é um ser único. Uma vida é uma história de vida. É preciso saber o como é o aluno e como ele aprende.

As crianças com dificuldades de aprendizagem não são crianças incapazes, apenas apresentam alguma dificuldade para aprender. São crianças que têm um nível de inteligência bom, não apresentam problemas de visão ou audição, são emocionalmente bem organizadas, mas fracassam na escola. Para Guerra (2001), crianças com dificuldades de aprendizagem não são deficientes, não são incapazes e, ao mesmo tempo, demonstram dificuldades para aprender. Incapacidades de aprendizagem não devem ser confundidas com dificuldades de aprendizagem.

Para Strick e Smith (2001), as dificuldades de aprendizagem referem-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. As dificuldades são definidas como problemas que interferem no domínio de habilidades escolares básicas, e elas só podem ser formalmente identificadas até que uma criança comece a ter problemas na escola. As crianças com dificuldades de aprendizagem são crianças suficientemente inteligentes, mas enfrentam muitos obstáculos na escola.

São curiosos e querem aprender, mas sua inquietação e incapacidade de prestar atenção tornam difícil explicar qualquer coisa a eles. Essas crianças têm boas intenções, no que se referem a deveres e tarefas de casa, mas no meio do trabalho esquecem as instruções ou os objetivos. Segundo o “DSM-IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (1995), desmoralização e baixa autoestima podem estar associadas às dificuldades de aprendizagem. A criança com dificuldades de aprendizagem muitas vezes é rotulada, sendo chamada de “perturbada”, incapaz “ou” retardada”. Vygotsky (1989) afirma que o auxílio prestado à criança em suas atividades de aprendizagem é válido, pois aquilo que a criança faz hoje com o auxílio de um adulto ou de outra criança maior, amanhã estará realizando sozinha. Desta forma, o autor enfatiza o valor da interação e das relações sociais no processo de aprendizagem.



Segundo Fonseca (1995), a aprendizagem é uma função do cérebro. A aprendizagem satisfatória se dá quando determinadas condições de integridade estão presentes, tais como: funções do sistema nervoso periférico, funções do

sistema nervoso central, sendo que os fatores psicológicos também são essenciais. Vários estudos têm assegurado que os dois hemisférios do cérebro trabalham em conjunto. Ainda de acordo com o autor, o hemisfério esquerdo é responsável pelas funções de análise, organização, seriação, atenção auditiva, fluência verbal, regulação dos comportamentos pela fala, raciocínio verbal, vocabulário, cálculo, leitura e escrita. É o hemisfério dominante da linguagem e das funções psicolinguísticas. O hemisfério direito é responsável pelas funções de síntese, organização, processo emocional, atenção visual, memória visual de objetos e figuras. O hemisfério direito processa os conteúdos não-verbais, como as experiências, as atividades de vida diária, a imagem, as orientações espaciais e as atividades interpessoais. O autor destaca que para que uma criança aprenda é necessário que se respeitem várias integridades, como o desenvolvimento perceptivo-motor, perceptivo e cognitivo, e a maturação neurobiológica, além de inúmeros aspectos psicossociais, como: oportunidades de experiências, exploração de objetos e brinquedos, assistência médica, nível cultural etc.

Souza (1996) coloca que os fatores relacionados ao sucesso e ao fracasso acadêmico se dividem em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível socioeconômico e suas relações com ocupação dos pais, número de filhos, escolaridade dos pais etc. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo. O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa etc, e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, autoestima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado, com o fator professor e com o processo de avaliação em suas várias

acepções e modalidades. A autora ressalta que em consequência do fracasso escolar, devido à inadequação para a aprendizagem, a criança é envolvida por sentimentos de inferioridade, frustração, e perturbação emocional, o que torna sua autoimagem anulada, principalmente se este sentimento já fora instalado no seu ambiente de origem.

Se o clima dominante no lar é de tensões e preocupações constantes, provavelmente a criança se tornará uma criança tensa, com tendência a aumentar a proporção dos pequenos fracassos e preceitos próprios da contingência da vida humana. Se o clima é autoritário, onde os pais estão sempre certos e as crianças sempre erradas, a criança pode se tornar acovardada e submissa com professores, e dominadora, hostil com crianças mais jovens que ela, ou pode revoltar-se contra qualquer tipo de autoridade. Se o clima emocional do lar é acolhedor e permite a livre expressão emocional da criança, ela tenderá a reagir com seus sentimentos, positivos ou negativos, livremente.

Strick e Smith (2001) ressaltam que o ambiente doméstico exerce um importante papel para determinar se qualquer criança aprende bem ou mal. As crianças que recebem um incentivo carinhoso durante toda a vida tendem a ter atitudes positivas, tanto sobre a aprendizagem quanto sobre si mesmas. Essas crianças buscam e encontram modos de contornar as dificuldades, mesmo quando são bastante graves. As autoras colocam que o estresse emocional também compromete a capacidade das crianças para aprender. A ansiedade em relação a dinheiro ou mudanças de residência, a discórdia familiar ou doença pode não apenas ser prejudicial a si mesma, mas com o tempo pode corroer a disposição de uma criança para confiar, assumir riscos e ser receptiva a novas situações que são importantes para o sucesso na escola.

Para Fernandez (1990), quando o fracasso escolar se instala, profissionais (fonoaudiólogos, psicólogos, pedagogos, psicopedagogos) devem intervir,

ajudando através de indicações adequadas. Para Strick e Smith (2001), a rigidez na sala de aula para as crianças com dificuldades de aprendizagem é fatal. Para progredirem, tais estudantes devem ser encorajados a trabalhar ao seu próprio modo. Se forem colocados com um professor inflexível sobre tarefas e testes, ou que usa materiais e métodos inapropriados às suas necessidades, eles serão reprovados.

Souza (1996) afirma que as dificuldades de aprendizagem aparecem quando a prática pedagógica diverge das necessidades dos alunos. Neste aspecto, sendo a aprendizagem significativa para o aluno, este se tornará menos rígido, mais flexível, menos bloqueado, isto é, perceberá mais seus sentimentos, interesses, limitações e necessidades.

Segundo Fonseca (1995), as dificuldades de aprendizagem aumentam na presença de escolas superlotadas e mal equipadas, carentes de materiais didáticos inovadores, além de frequentemente contarem com muitos professores “derrotados” e “desmotivados”.

A escola não pode continuar a ser uma fábrica de insucessos. Na escola, a criança deve ser amada, pois só assim se poderá considerar útil. Roman e Steyer (2001) ressaltam que é importante o estabelecimento de uma rotina na escola. A rotina deve ser desenvolvida para possibilitar, a partir da organização externa, a segurança emocional e a organização interna de cada criança. Desse modo, a rotina favorece e complementa o processo de socialização por meio da aprendizagem das regras de convívio em grupo, da formação de vínculos e da aquisição de conhecimentos em todos os âmbitos de desenvolvimento. É através da rotina da escola que são identificadas algumas das queixas comuns na primeira infância, as quais em geral são erroneamente confundidas, por desconhecimento, com diagnósticos como agressividade, hiperatividade e desatenção. Esses diagnósticos, quando analisados com o devido cuidado por

meio de entrevista com os pais ou responsáveis pela criança, podem revelar dados importantíssimos e que demandam orientações da própria escola. Para os autores, uma das formas de prevenção nas propostas de trabalho da educação é preparar teoricamente o corpo docente para a prática dos jogos e atividades lúdicas, realizando, principalmente, um aprofundamento sobre a importância do ato de brincar para o desenvolvimento infantil.

Os fatores experienciais potencializam suas condições intelectivas, propostas pedagógicas que privilegiam atividades lúdicas e estimulantes possibilitarão aprendizagens cada vez mais complexas e mais eficientes. Roman e Steyer (2001) citam que os conflitos emocionais interferem muito no rendimento da criança. Cabe à escola, na figura do professor, fazer a “escuta” adequada destas manifestações, considerando o estado geral da criança em seu dia-a-dia, o contexto familiar em que está inserida e os eventuais problemas familiares que possa estar vivenciando, desde o nascimento de um irmão, a morte de um familiar, uma situação de desemprego, separação dos pais, dentre outros problemas.

Deste modo, este trabalho apresentará os principais fatores que interferem no processo de aprendizagem no início da vida escolar e como as dificuldades em leitura e escrita, que ocorrem desde o século XX, podem ser amenizadas e erradicadas, levantando assim possíveis causas para os problemas cognitivos. Abordaremos as diferenças entre o transtorno de aprendizagem, o conhecimento interno de cada indivíduo e a proposta de letramento no processo de aprendizagem.

CAPÍTULO I - Transtorno e Dificuldade de Aprendizagem

1. Transtorno de aprendizagem no decorrer da história

Com base em estudos realizados sobre o tema Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita nas séries iniciais, o contexto da história da educação e o desenvolvimento pedagógico dos alunos, até o início do século XX as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita eram vistas como uma anormalidade.

Na década de 1930, as dificuldades de aprendizagem foram atribuídas a desajustes emocionais e a criança com dificuldade era considerada como uma criança-problema.

O *Teste ABC*, criado por Lourenço Filho a partir de pesquisas realizadas na escola-modelo anexa à Escola Normal de Piracicaba em 1925, exemplifica essa mentalidade (Magnani, 1997).

Seu objetivo era medir a maturidade para a aprendizagem da leitura e escrita, permitindo caracterizar a maturidade educacional. Os alunos que se mostrassem capazes de identificar e escrever palavras contidas em um determinado grupo de objetos e tivessem habilidade motora para realizar desenhos geométricos eram classificados como maduros.

O *ABC* foi o principal instrumento usado para selecionar alunos aptos a freqüentar a escola, tendo sido amplamente aplicado em escolas do Rio de Janeiro e São Paulo a partir de 1928 e nas décadas seguintes (Dávila, 2003).

Em grupos escolares de São Paulo, foi feita em 1931 a maior tentativa de organização psicológica com a aplicação do *ABC* para mais de 20 mil crianças, cujo resultado foi o planejamento de 468 classes diferenciadas. No Distrito Federal

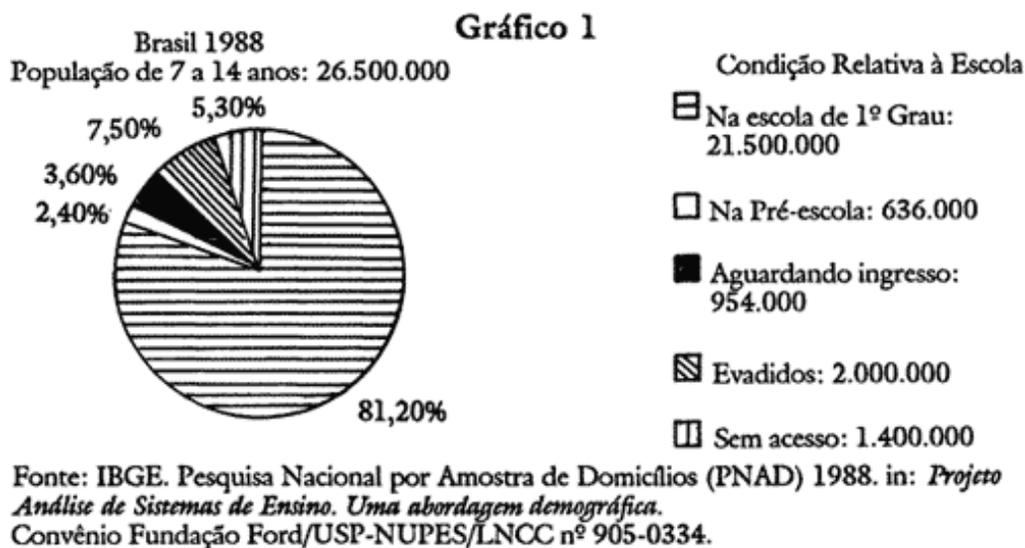
operação semelhante já havia sido realizada com 305 crianças das escolas públicas do sétimo distrito escolar.

Na década de 1960, as causas do insucesso escolar foram atribuídas somente a fatores orgânicos e psicológicos. Por consequência, a criança deveria ser encaminhada apenas por profissionais qualificados na área.

Na década de 1970, estudiosos americanos afirmam que as dificuldades de aprendizagem eram decorrentes das péssimas condições de vida do indivíduo atribuindo a maior responsabilidade da educação à escola.

Nas décadas de 1980 e 1990, através de pesquisas e trabalhos em todo mundo, concluiu-se que os erros estão nas instituições educacionais, incluindo professores, instituições do sistema governamental e projetos mal elaborados inseridos na proposta educacional.

Atualmente, muitos profissionais da educação confundem o quadro de transtorno de aprendizagem com dificuldades de aprendizagem. Conflito esse que será especificado nos próximos tópicos.



1.1. Diferença entre transtorno e dificuldade de aprendizagem

Os transtornos de aprendizagem compreendem a falta de habilidade específica como leitura, escrita ou matemática em indivíduos que apresentam resultados abaixo do esperado para o nível de desenvolvimento no qual eles se encontram.



Os transtornos de aprendizagem podem originar-se de distúrbios na interligação de informações em várias regiões do cérebro, nos quais, podem ter surgido durante a gestação. Dentre os transtornos de aprendizagem, o mais agravante é o transtorno de leitura e escrita, o qual será abordado neste estudo.

O desenvolvimento cerebral do feto é um fator importante que contribui para o processo de aquisição, conexão e atribuição de significado às informações, ou seja, da aprendizagem. Dessa forma, qualquer fator que possa alterar o

desenvolvimento cerebral do feto facilita o surgimento de um quadro de Transtorno de Aprendizagem, que possivelmente só será identificado quando a criança necessitar expressar suas habilidades intelectuais na fase escolar.

Existem fatores sociais que também são determinantes na manutenção dos problemas de aprendizagem, e, entre eles, o ambiente escolar e contexto familiar são os principais componentes desses fatores. Quanto ao ambiente escolar, é necessário verificar a motivação e a capacitação da equipe de educadores, a qualidade da relação professor – aluno - família, a proposta pedagógica e o grau de exigência da escola, que, muitas vezes, está preocupada com a competitividade e põe de lado a criatividade de seus alunos. Em relação ao ambiente familiar, há casos em que a família apresenta um nível de exigência muito alto, com a visão voltada somente para os resultados obtidos, podendo desenvolver na criança um grau de ansiedade que não permite um processo de aprendizagem devidamente adequado, assim facilitando que outras dificuldades ocorram.

Scoz menciona inúmeros fatores que contribuem para as dificuldades de aprendizagem:

(...) “Os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações” (Scoz 1994).

A leitura e a escrita são processos muito complexos e as dificuldades podem ocorrer de maneiras diversas. Além disso, temos a aquisição da leitura e escrita como fator fundamental e favorecedor dos conhecimentos futuros; é uma ferramenta essencial, onde serão alicerçadas as demais aquisições. É o apoio para as relações interpessoais, para a comunicação e leitura de seu mundo interno e externo. Uma criança que não tenha solidificado realmente sua

alfabetização poderá tornar-se frustrada diante da educação formal, terá deficitário todo seu processo evolutivo de aprendizagem, apresentará baixo rendimento escolar e pouco a pouco sua autoestima estará minada, podendo manifestar ações reativas de comportamento antissocial, bem como levá-la ao desinteresse e, muitas vezes, até à evasão escolar. O problema pode ainda decorrer em outros aspectos secundários que acabarão se tornando tão ou mais graves daqueles originais que produziram a ineficiência da alfabetização.



Um indivíduo é realmente alfabetizado não apenas quando mecanicamente decodifica sons e letras, ou seja, quando puder transpor os sons para as letras (ao escrever) e das letras para os sons (ao ler), mas de forma efetiva, ou seja, quando estiver automatizado o processo, sem precisar recorrer a todo instante aos passos necessários a esta atividade. E, sobretudo quando puder utilizar-se desta habilidade para obter outros conhecimentos, para assimilar e montar esquemas internos que o permitam transformar os elementos brutos da realidade e que

possa operacionalizar o processo contínuo de sua própria alfabetização (já que ela não é um fim em si mesma) e da aprendizagem.

Neste trabalho, estudamos a importância de estabelecer uma diferenciação entre o que é uma dificuldade de aprendizagem e o que é um quadro de Transtorno de Aprendizagem. Muitas crianças em fase escolar apresentam certas dificuldades em realizar uma tarefa, que podem surgir por diversos motivos, como problemas na proposta pedagógica, capacitação do professor, problemas familiares, entre outros. A presença de uma dificuldade de aprendizagem não implica necessariamente em um transtorno, que se traduz por um conjunto de sinais sintomatológicos que provocam uma série de perturbações no processo de aprendizagem da criança, interferindo no processo de aquisição e manutenção de informações.

1.2 Tipos de Processos de Aprendizagem

Dentre os transtornos existentes serão apresentados os transtornos de leitura e escrita.

O transtorno de leitura, também conhecido como dislexia, é caracterizado por uma dificuldade específica em compreender palavras escritas. Dessa forma, pode-se afirmar que se trata de um transtorno específico das habilidades de leitura, que sob nenhuma hipótese está relacionado à idade mental, problemas de acuidade visual ou baixo nível de escolaridade.

Dislexia é um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico de origem constitucional caracterizado por uma dificuldade na decodificação de palavras simples que, como regra, mostra uma insuficiência no processamento fonológico. Essas dificuldades não são esperadas com relação à idade e a outras dificuldades acadêmicas cognitivas; não são um resultado de distúrbios de desenvolvimento geral nem sensorial. A dislexia se manifesta por várias dificuldades em

diferentes formas de linguagem freqüentemente incluindo, além das dificuldades com leitura, uma dificuldade de escrita e de soletração (G, Reid Lyon1995).

No transtorno de leitura podem ser caracterizadas distorções, substituições e omissões de palavras na leitura oral. Tanto a leitura em voz alta, quanto a silenciosa caracterizam-se por lentidão e erros de compreensão.

O transtorno de escrita, também conhecido como disortografia, consiste em habilidades de escrita acentuadamente abaixo do nível esperado. Geralmente, existe uma combinação de dificuldades na capacidade do indivíduo de compor textos escritos evidenciada por erros de gramática e pontuação dentro das frases, má organização dos parágrafos, múltiplos erros de ortografia e caligrafia ruim.

A disortografia consiste numa escrita, não necessariamente disgráfica, mas com numerosos erros, que se manifesta logo que se tenham adquirido os mecanismos da leitura e da escrita. Um sujeito é disortográfico quando comete um grande número de erros.

Dentre os diversos motivos que podem condicionar uma escrita desse tipo, destacamos:

- **Alterações na linguagem:** atraso na aquisição ou no desenvolvimento e utilização da linguagem, junto a um escasso nível verbal, com pobreza de vocabulário (código restrito), podem facilitar os erros de escrita.

Dentro desta área estão os erros originados por uma alteração específica da linguagem, como são os casos das dislalias e/ou disartrias, prejudicando o desenvolvimento.

- **Erros na percepção, tanto visual como auditiva:** fundamentalmente estão

baseados numa dificuldade para memorizar os esquemas gráficos ou para discriminar qualitativamente os fonemas.

- **Falhas de atenção:** se esta é instável ou frágil, não permite que a criança, em sua fase inicial, promova uma fixação dos grafemas ou dos fonemas corretamente.

Uma aprendizagem incorreta da leitura e da escrita, especialmente na fase de iniciação, pode originar lacunas de base com a conseqüente insegurança para escrever. Igualmente numa etapa posterior, a aprendizagem deficiente de normas gramaticais pode levar à realização de erros ortográficos que não se produziriam se não existissem lacunas no conhecimento gramatical da língua na fase inicial do aprendizado.

Para Vygotsky, é o próprio meio que influencia na aprendizagem da criança, ou seja, a criança constrói o seu conhecimento a partir do momento em que interage com outras crianças. Essa socialização gradativa garantirá novos horizontes no seu aprendizado. Já Piaget destaca que a aprendizagem se processa em períodos e que a criança aprende de acordo com a faixa etária. Outra teoria considerável é a da Emília Ferreiro, acreditando que a criança que convive num ambiente onde os pais são cidadãos que possuem maior grau de informação, possuem maiores condições de serem alfabetizados com mais frequência, devido ao acesso a leitura e a escrita.

Assim, o processo de alfabetização deve proporcionar situações nas quais os alunos participam de práticas sociais de leitura e da escrita.

Os termos dificuldades e transtornos de aprendizagem têm gerado muitas controvérsias entre os profissionais, tanto da área da educação quanto da saúde. Isto porque, há uma sintomatologia muito ampla, com diversidade de fatores etiológicos, quando se considera o aprendizado da leitura, escrita e matemática (Moojen apud Bassols, 2003).

Entretanto, se faz necessária uma adequação nestas terminologias a fim de possibilitar uma homogeneização quando estes casos são discutidos pelos profissionais das áreas afins.

Uma das principais preocupações dos professores, diretores, coordenadores etc., é saber que a escola ainda não consegue responder, eficazmente, ao desafio de trabalhar com as necessidades educacionais das crianças especiais, especialmente as relacionadas com os transtornos de aprendizagem de linguagem e escrita, como: dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia etc. No entanto, são transtornos que preocupam os pais porque sabem que o sucesso escolar de seus filhos dependem totalmente da aprendizagem eficiente da leitura e todos esperam ansiosos uma solução para tais problemas enfrentados nas instituições escolares.

Conforme está sendo exposto, transtorno de aprendizagem é uma disfunção bem distinta do que é dificuldade. Dentro da proposta de letramento podemos distinguir a diferença entre ambos.

CAPÍTULO II - Letramento

1.1 Definição:

A definição de letramento segundo Magda Becker Soares:

Letrar designa uma prática da qual a compreensão e assimilação de código de palavras se torna melhor assimilado: Já não basta aprender a ler e escrever é necessário mais que isso para ir além da alfabetização funcional, denominada a pessoas que foram alfabetizadas, mas não sabem fazer uso da leitura e da escrita (Soares, 2003)

No Brasil, é comum os indivíduos terem dificuldades de leitura embora já sejam alfabetizados. As pessoas não fazem da leitura um objeto de compreensão,

de interpretação, logo, muitas têm dificuldades ou até confessam não saber preencher uma ficha de trabalho, por não compreender o que está sendo pedido.



De acordo com Soares (2002), o letramento passou a ser melhor entendido e esclarecido a partir da década de 1980, a partir de estudos sobre a língua escrita, que trouxeram aos educadores o entendimento de que a alfabetização está longe de ser apenas uma apropriação de códigos, ao contrário envolve um processo de elaboração de hipóteses e representação linguística.

A existência de um fracasso escolar maciço, o fato de ele ter sido tratado como natural até poucos anos atrás e a fraca evolução desse quadro em 40 anos comprovam como vem sendo penoso ensinar os brasileiros que dependem da rede pública. Pesquisas de campo mostram a enorme dificuldade que os educadores têm para avaliar o que os alunos já sabem e o que eles não sabem. Aqueles que produzem escritas silábico-alfabéticas e alfabéticas na 1ª série e que teriam condições de acompanhar a 2ª série, pois podem ler e escrever, ainda que com precariedade, são retidos. Por outro lado, os bons copistas e os que têm letra bonita ou caderno bem feito são promovidos.

Quando se trabalha com esse tipo de indicador, até avanços na aprendizagem acabam sendo prejudiciais. Muitas crianças que aprendem

a ler começam a “errar” na cópia. Elas deixam de copiar letra por letra e passam a ler e escrever blocos de palavras, em geral unidades de sentido. Isso faz com que cometam erros de ortografia ou unam palavras. O que indicaria progresso é interpretado como regressão, pois, por incrível que pareça, nem sempre o professor sabe a diferença entre copiar e escrever (Weisz,2009).

No livro “*A Psicogênese da Língua Escrita*”, Emília Ferrero e Ana Teberosky discutem a situação educacional da América Latina à época, onde, apesar da variedade de métodos para se ensinar a ler, um grande número de crianças não aprendem e, conseqüentemente, abandonam a escola antes de alcançar os objetivos mínimos de instrução, apesar das boas intenções dos educadores e funcionários. Emília Ferreiro e Ana Teberosky, em sua pesquisa, dizem ser de suma importância que o professor, principalmente o das séries iniciais, tenha maior conhecimento da psicogênese da língua escrita para entender a forma e o processo pelos quais a criança aprende a ler e a escrever, para detectar e entender os erros construtivos característicos das fases em que se encontra a criança e para saber desafiar seus alunos, levando-os ao conflito cognitivo, isto é, forçando a criança a modificar seus esquemas assimiladores frente a um objeto de conhecimento não-assimilável.

De acordo com a teoria exposta no livro *Psicogênese da Língua Escrita*, toda criança passa por quatro fases distintas até que esteja totalmente alfabetizada:

- **Pré-silábica:** não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada;
- **Silábica:** interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma;
- **Silábico-alfabética:** mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas;
- **alfabética:** domina, enfim, o valor das letras e sílabas.

A caracterização de cada nível não é estanque, podendo a criança estar numa determinada hipótese e mesclar conceitos do nível anterior. Tal “**regressão temporária**” demonstra que sua hipótese ainda não está adequada a seus conceitos.

Os níveis intermediários I e II caracterizam-se como momentos do processo em que se evidenciam contradições na conduta da criança e nos quais percebe a perda de estabilidade do nível anterior, bem como a não-organização do nível seguinte (**conflito cognitivo**).

Para a sondagem, são sugeridos um ditado individual de quatro palavras (uma monossílabo, uma dissílabo, uma trissílabo e uma polissílabo) e uma frase, para detectar o nível de conceitualização da criança, evitando ditar primeiramente o monossílabo. Em seguida, o professor precisa pedir que a criança leia o que escreveu a fim de entender como ela lê.

No desafio e nas características dos níveis no processo de alfabetização, as autoras colocam que, em cada nível, a criança elabora suposições a respeito dos processos de construção da leitura e escrita, com base na compreensão que possui desses processos. Dessa forma, a mudança de um nível para outro só ocorrerá quando a criança se deparar com questões as quais o nível em que se encontra não puder explicar: ela elaborará novas suposições e novas questões, e assim por diante. Isso significa que o processo de assimilação de conceitos é gradativo, o que não exclui “idas e vindas” entre os níveis.

Esse período em que a criança começa a compreender a pausa sonora diante das palavras e das sílabas, Teberosky coloca como “hipótese silábica”, onde serve para mostrar a variação em quantidades de letras que devem ser escritas. Segundo Ferreiro, a escrita deve ser considerada com toda a sua totalidade, perdendo uma dessas partes, perde-se o sentido, ou seja, não se pode ler algo com apenas uma só letra; ela coloca que assim que as crianças

aprendem a escrever seu próprio nome, passam a encontrar o seu nome em qualquer texto, achando isso normal, quando na verdade apenas existe a primeira letra do nome dela. Mais tarde a criança irá associar a escrita de acordo com a quantidade, quer dizer, para cada objeto uma letra, independente se estiver escrito certo ou não, por exemplo.

Dizemos e mostramos a figura de três gatos para uma criança escrever, ela irá associar que há mais de um gato, então escreverá de acordo com a quantidade de gatos que ela está vendo, se está vendo três gatos, fará três riscos ou três letras: AOI, não necessariamente pode-se dizer que essas letras que foram escritas possuem algum vínculo com a palavra, e sim porque essas letras são as que ela possui mais afinidade. Na verdade, nessa fase da construção da escrita para a criança, é um grande desafio, e ao mesmo tempo um problema, porque é difícil ela entender que a letra sozinha não possui nenhum significado e que só terá juntando com outra letra, e que essa letra pode fazer parte de outras palavras escritas em outras ordens.

De acordo com Teberosky (1991):

A aprendizagem da escrita não é uma tarefa simples para a criança, já requer um processo complexo de construção em que suas idéias nem sempre coincide com as dos adultos. Para ler bem é preciso escrever bem. É um exercício constante, requer estímulo, requer conhecer o limite de casa um e imprescindivelmente dar sentido ao que está sendo proposto. A sala de aula é um ambiente de troca da qual o professor ensina e é ensinado. (Teberosky 1991).

As crianças devem escrever sempre, mesmo quando a escrita parecer como apenas rabiscos. Ao pegar o lápis e imitar os adultos, elas criam um "comportamento escritor". E, ao ter contato com textos e conhecer a estrutura deles, podem começar a elaborar os seus próprios textos.

No primeiro momento, pode trabalhar com as crianças ditando e o professor escrevendo num papel grande. Além de pensar na forma do texto, nessa

hora os estudantes percebem, por exemplo, que escrevemos da esquerda para a direita.

Se o professor não conseguir ter uma visão diferenciada sobre o que o aluno necessita, com certeza, continuará a encaminhar alunos para consultórios alegando que os mesmos têm algum tipo de transtorno.

A criança que tiver um maior contato com a escrita poderá diferenciar o desenho da escrita e iniciar suas primeiras tentativas de escrita, baseando-se na forma de traços contínuos, bolinhas, linhas verticais etc.

Nesse momento significa que ela conseguiu distinguir a escrita de um desenho, mas ainda não consegue interpretar, compreender e expressar suas ideias usando corretamente as letras, palavras, frases etc.

Sabemos que a escrita é um meio de comunicação, e a escrita de uma criança só tornará esse meio de comunicação se o outro conseguir entender e compreender o que ela escreveu, se o outro não compreender e não entender, então, significa que ela ainda não conseguiu se comunicar pela escrita.

Enfim, para escrever, é necessário além de conhecer e compreender as letras, saber coordenar as ideias, coordenar a mão, a mente e os olhos, compreender que para escrever é preciso prestar atenção na parte sonora, na escrita como um todo.

Para se chegar à escrita como um todo, a criança terá que ter o domínio e o conceito de seriação, classificação, correspondência de um a um, ter o domínio da coordenação motora, velocidade, tendência para movimentos horizontais e verticais, traçado correto das letras etc, caso ela não tenha um desses domínios ficará difícil conseguir escrever algo. Com o letramento vem também o rompimento da relação que existe entre o “professor ensina e o aluno aprende”.

Com essa concepção há uma troca e a sala de aula torna-se um espaço no qual ao mesmo tempo em que se ensina se aprende.

Podemos considerar como uma das causas do fracasso escolar e das dificuldades em leitura e escrita a alfabetização da sistematização de letras e sons. Por exemplo:

D + A= DA

DA + DO= DADO

O DADO É DA DADA.

A alfabetização e o uso da leitura estão muito além de leituras que objetivam a assimilar somente o som sem valor de interpretação ou sentido.

A alfabetização no letramento está em explorar a cultura de uma sociedade e tornar essa cultura presente em um registro escrito. “Assim, enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo ou grupo, o letramento focaliza aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade (Ifouni, 1995p. 20).

Na realidade, não basta ensinar os códigos de leitura e escrita como relacionar sons e letras. É preciso tornar os educadores capazes de compreender o significado dessa aprendizagem, para usá-la no dia-a-dia de forma a atender às exigências da própria sociedade.

Na sala de aula o que não pode faltar é material de escrita, como jornais, revistas, folhetos. Em um primeiro momento, as crianças necessitam do contato com diversos estímulos que irão auxiliar na construção da leitura e escrita. Logo será um esforço a mais para o auxílio a crianças com dificuldades em leitura e escrita.

Com base nesses pressupostos, Emilia Ferreiro critica a alfabetização tradicional, porque julga a prontidão das crianças para o aprendizado da leitura e da escrita por intermédio de avaliações de percepção (capacidade de discriminar

sons e sinais, por exemplo) e de motricidade (coordenação, orientação espacial etc.). Dessa forma, dá-se peso excessivo para um aspecto exterior da escrita (saber desenhar as letras) e deixa de lado suas características conceituais, ou seja, a compreensão da escrita e sua organização. Para os construtivistas, o aprendizado da alfabetização não ocorre desligado do conteúdo da escrita.

1.2 Dificuldades de aprendizagem e letramento

Atualmente, é muito comum ouvir de um educador que se uma criança não obteve os resultados esperados é porque sofre de algum transtorno. Mas será que estas crianças fizeram uso de todos os recursos possíveis para a aquisição linguística? Como foi feita a alfabetização desta criança?

Todas as questões apontadas acima são de extrema importância, pois nem tudo é transtorno, nem tudo é dificuldade. Existe uma parte que cabe ao sistema e à forma que tal proposta foi estabelecida e conduzida até chegar à aprendizagem.

“Enquanto ainda não sabe ler, leio tudo para as crianças “(Santos, 2001, p.12).

A alfabetização com a afirmação da frase acima parte do pressuposto de que enquanto a criança não domina a leitura e a escrita, é necessário que o professor conduza a leitura e, conseqüentemente, vá conduzindo o educando a ter autonomia para também ler de forma a expandir seus horizontes na construção do conhecimento. Existem inúmeras técnicas e formas de se iniciar a leitura e a escrita no processo de alfabetização. Porém, muitos educadores se mantêm

convictos de que a alfabetização só ocorre através da decodificação das famílias silábicas.

Logo, se a forma de pensamento de como se dá a alfabetização mudar, certamente haverá bem menos profissionais encaminhando seus alunos a clínicas de psicopedagogia por entenderem que o mesmo tenha algum tipo de transtorno.

Muitas vezes, o que parece um transtorno se resume em uma dificuldade, resultante de um sistema não eficaz que não conseguiu aproximar o aluno daquilo que era proposto.

O profissional da educação, ao ter a consciência de que a leitura não é só algo visual, que também visa à compreensão daquilo que foi lido e o que significa para o aluno de acordo com o conhecimento que o mesmo já tem com ele, vai conseguir entender melhor o que são as dificuldades de aprendizagem. Em síntese, o letramento pode ser uma ferramenta eficaz para que as crianças superem as dificuldades em leitura e escrita.

Só um avanço contínuo no sentido de se criar novas propostas e de pensar na importância do letramento, impedirá que a criança chegue ao 4º ou 5º ano sem saber ler e escrever.

Um bom caminho para crianças que tem dificuldade de aprendizagem, de acordo com a proposta do letramento, seria contemplá-las com aquilo que elas não fazem uso dentro de seu meio social. Um exemplo é inserir em uma comunidade carente livros, revistas, jornais, material impresso de todo tipo de leitura que será apresentada às crianças e as mesmas farão uso daquela que mais se identifica e tem sentido para ela.

Há um provérbio que se diz que só se aprende quando se pratica. A aprendizagem de leitura e escrita não se realiza da mesma forma para todos e o primeiro fator de dificuldade para a criança é o de não saber para que serve a língua escrita e como ela funciona.

Há muitas formas de se dar a alfabetização. Inserir-las para o benefício do aluno é fundamental.

Nem toda criança que tem dificuldade pode ser considerada como uma criança com transtorno de aprendizagem, nem toda dificuldade é somente responsabilidade da criança, pois o fracasso escolar e os métodos arcaicos de alfabetização também influenciam para que tal “dificuldade” exista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com todas as interpretações realizadas, podemos concluir que em termos de aprendizagem e generalização social: os lares tolerantes e democráticos encorajam e recompensam a curiosidade, a exploração e a experimentação, as tentativas para lidar com novos problemas e a expressão de ideias e sentimentos. Uma vez aprendidas e fortalecidas em família, essas atividades se generalizam na escola.

A educação familiar adequada é feita com amor, paciência e coerência, pois desenvolve nos filhos autoconfiança e espontaneidade, que favorecem a disposição para aprender.

Podemos destacar que, embora o fator ambiental incida mais sobre os problemas escolares do que sobre os problemas de aprendizagem propriamente ditos, esta variável pesa muito sobre a possibilidade do sujeito compensar ou descompensar o quadro.

Dentro da escola existem, entre outros, quatro fatores que podem afetar a aprendizagem: o professor, a relação entre os alunos, os métodos de ensino e o ambiente escolar.

O autoritarismo e a inimizade geram antipatia por parte dos alunos. A antipatia em relação ao professor faz com que os alunos associem a matéria ao professor e reajam negativamente a ambos.

O ambiente escolar também exerce muita influência na aprendizagem, o tipo de sala de aula, a disposição das carteiras e a posição dos alunos, por exemplo, são aspectos importantes. Uma sala mal iluminada e sem ventilação, em que os alunos permanecem sempre sentados na mesma posição, cada um olhando as costas do que está na frente, certamente é um ambiente que pode favorecer a submissão, a passividade e a dependência, e não favorece o trabalho livre e criativo.

Outro aspecto a considerar, em relação ao ambiente escolar, refere-se ao material de trabalho colocado à disposição dos alunos.

É evidente que com salas abarrotadas de alunos o trabalho se torna mais difícil. O número de alunos deve possibilitar ao professor um atendimento individual, baseado num conhecimento de todos eles.

Tanto os pais como os professores devem estar atentos quanto o processo de aprendizagem, tentando descobrir novas estratégias, novos recursos que levem a criança ao aprendizado.

Percebe-se que se os pais souberem do poder e da força dos seus contatos com seu filho, se forem orientados sobre a importância da estimulação precoce e das relações saudáveis em família, os distúrbios de aprendizagem poderão ser minimizados.

Considera-se fundamental para o desenvolvimento posterior da criança e para a sua aprendizagem escolar os sentimentos que os pais nutrem por ela durante os anos anteriores à escola.

É, sobretudo, à família, às suas características culturais ou situação econômica, que predominantemente se atribuirá a responsabilidade pela presença ou ausência das pré-condições de aprendizagem na criança.

No âmbito escolar, certas qualidades do professor, como paciência, dedicação, vontade de ajudar e atitude democrática, facilitam a aprendizagem. Ao contrário, o autoritarismo, a inimizade e o desinteresse podem levar o aluno a desinteressar-se e não aprender.

Além disso, métodos didáticos que possibilitam a livre participação do aluno, a discussão e a troca de ideias com os colegas e a elaboração pessoal do conhecimento das diversas matérias contribuem de forma decisiva para a aprendizagem e desenvolvimento da personalidade dos educandos.

É importante que o professor, e o futuro professor, pense sobre sua grande responsabilidade, principalmente em relação aos alunos dos primeiros anos, sobre os quais a influência do professor é maior.

Por fim, como primeiro indício, observa-se que uma das principais reclamações de pais, com filhos em idade escolar é a de que a instituição de ensino estadual, particular e municipal não tem dado uma resposta adequada às crianças que sofrem com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escuta, principalmente no ensino fundamental. No entanto, essas dificuldades atingem crianças de todos os níveis. Porém, o professor, ao confrontar com problemas de aprendizagem na sala de aula, pode convocar os pais e apontar sobre a importância da leitura, como: livros, jornais, revistas, músicas etc., estimulando seus filhos, lendo com eles, mostrando sua importância, pois não adianta falar que a leitura é importante se os próprios pais não leem.

Logo, o método de como se definiu essa alfabetização também influencia na caracterização da dificuldade.

Portanto, o aluno que lê aprende com facilidade criando oportunidade de leitura e poderá ter mais capacidade de interação com a escrita. Ressalta-se que a partir do momento em que o professor desenvolver um trabalho preventivo com os pais, evita-se que a dificuldade de aprendizagem do aluno seja mais frequente em sala de aula. Além disso, o professor precisa ficar atento ao analisar o processo das dificuldades dessas crianças, pois, muitas vezes, o fracasso pode ser decorrente da prática pedagógica do profissional. Uma das responsabilidades do professor limita-se a constatar se a criança apresenta problemas neurológicos e se convém aconselhar o encaminhamento a um especialista, isto é, o professor terá de certificar antes se a criança necessita de um diagnóstico minucioso para que não seja precipitado e tome decisões equivocadas. Ao educador faz-se necessário priorizar a reflexão e o raciocínio dessas crianças, valorizando outros recursos didáticos, algo que seja estimulante e motivador às mesmas, proporcionando métodos mais eficientes no processo de alfabetização, realizando um trabalho que busque alternativa para essas crianças que apresentam tais dificuldades no processo de aprendizagem.

Conclui-se que o professor deve respeitar as dificuldades apresentadas nas crianças, envolvendo a não utilização de comentários desnecessários sobre os distúrbios que os alunos apresentam, respeitar o ritmo da criança e não envolvê-los em situações de competições com os demais colegas, não colocá-lo em situações geradora de ansiedade, evitar comparações com outros colegas e conversar com o aluno sobre o que ocorrem com ele. Só nos resta dizer que: família e escola constituem os meios pelos quais a criança vai crescer socialmente, intelectualmente e culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COELHO, M. T. e ASSUNÇÃO, J. E. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

COOB (In Coelho, 1996 p. 435) **Desenvolvimento de Aprendizagem**. Buenos Aires: PAIDOS, 1966.

FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada**: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERRERO, E. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 1986. Fonte de SP., 1982 p.19-21.

FERRERO, e TEBEROSKY, **A psicogênese da linguagem escrita**. Porto Alegre: Arte Medica 1985.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GANÉ, R.M. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, 1ª Ed. 1975.

GARCIA, J.N. **Manual das dificuldades de aprendizagem – Linguagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GUERRA, L.B. **A criança com dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2002.

IBGE, **Senso demográfico mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: MEC/INEP, 2003.

JOSÉ, E. A. e COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MORAES, A.M.P. **Distúrbios de Aprendizagem**: Uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: EDUCON, 1997.

PELLEGRINI, D. **Entrevista Nova Escola - a revista do professor**. São Paulo: Abril, Maio/2003, pp27-30.

ROMAN, E.D. e STEYER, V. E. **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil:** Um retrato multifacetado. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

SOARES, M. B., Artigo - Letramento, 29 de Agosto de 2003. **Diário do Grande ABC.**

SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem – Crianças de 8 a 11 anos.** Bauru: EDUSC, 1996.

STRICK, C. e SMITH, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z – Um guia completo para pais e educadores.** Porto Alegre: ARTMED, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICE

Aprendizagem - Aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais.

Discalculia - é um distúrbio neurológico que afeta a habilidade com números. É um problema de aprendizado independente, mas pode estar também associado à dislexia.

Disortografia - é a dificuldade do [aprendizado](#) e do [desenvolvimento](#) da habilidade da [linguagem escrita](#) expressiva. Esta dificuldade pode ocorrer associada ou não a dificuldade de [leitura](#).

Dislalia - é um distúrbio da [fala](#), caracterizado pela dificuldade em articular as [palavras](#). Basicamente consiste na má pronúncia das palavras, seja omitindo ou acrescentando fonemas, trocando um fonema por outro ou ainda distorcendo-os ordenadamente.

Disartria - é um distúrbio neurológico caracterizado pela incapacidade de articular as [palavras](#) de maneira correta, dentre as principais causas estão as lesões nos nervos centrais.

Disgrafia - Escrita manual extremamente pobre ou dificuldade de realização dos movimentos motores necessários à escrita. Esta disfunção está muitas vezes ligada a disfunções neurológicas.

Funções cognitivas: As funções cognitivas são estruturas básicas que servem de suporte a todas as operações mentais. São componentes básicos para a atividade intelectual. São capacidades que nos permitem perceber, elaborar e expressar informações.

Psicopedagogia - é o campo do saber que se constrói a partir de dois saberes e práticas, quais sejam a pedagogia e a psicologia. O campo dessa mediação recebe também influências da psicanálise, da linguística, da semiótica, da neuropsicologia, da psicofisiologia, da filosofia humanista-existencial e da medicina.

